



Bolsas Na quarta-feira 1,54% São Paulo 0,3% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 127.622 / 127.018	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Últimas cotações (em R\$) <table border="1"> <tr><td>30/junho</td><td>4,973</td></tr> <tr><td>1/julho</td><td>5,045</td></tr> <tr><td>2/julho</td><td>5,053</td></tr> <tr><td>5/julho</td><td>5,087</td></tr> <tr><td>6/julho</td><td>5,209</td></tr> </table>	30/junho	4,973	1/julho	5,045	2/julho	5,053	5/julho	5,087	6/julho	5,209	Euro Comercial, venda na quarta-feira R\$ 6,177	Capital de giro Na quarta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 4,30%	Inflação IPCA do IBGE (em %) <table border="1"> <tr><td>Janeiro/2021</td><td>0,25</td></tr> <tr><td>Fevereiro/2021</td><td>0,86</td></tr> <tr><td>Março/2021</td><td>0,93</td></tr> <tr><td>Abril/2021</td><td>0,31</td></tr> <tr><td>Maior/2021</td><td>0,83</td></tr> </table>	Janeiro/2021	0,25	Fevereiro/2021	0,86	Março/2021	0,93	Abril/2021	0,31	Maior/2021	0,83
30/junho	4,973																										
1/julho	5,045																										
2/julho	5,053																										
5/julho	5,087																										
6/julho	5,209																										
Janeiro/2021	0,25																										
Fevereiro/2021	0,86																										
Março/2021	0,93																										
Abril/2021	0,31																										
Maior/2021	0,83																										

IMPOSTOS

Setores empresariais e especialistas avaliam falhas no plano do governo de reduzir alíquota para empresas mediante corte de subsídios. Aumento de carga tributária, regramento inadequado sobre a Zona Franca de Manaus e insegurança jurídica são alguns pontos levantados

Indústria pede ajustes na proposta do IRPJ

» IZABEL PEREIRA
» GABRIELA CHABALGOITY*

A lvo de críticas no Congresso e no mercado, a reforma tributária proposta pelo governo desagradou especialistas e entidades que representam as empresas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou a possibilidade de redução da alíquota do IR das empresas para 2022, mas em troca deverá propor o corte de subsídios e regimes especiais equivalentes a R\$ 40 bilhões. Guedes também negocia a mudança na declaração simplificada do IR da pessoa física.

Inicialmente a proposta de reforma do IR apresentada pelo governo ao Congresso previa um corte de 5 pontos percentuais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) ao longo de dois anos. Dessa forma, em 2023, o IRPJ sairia de 25% para 20%. Já está certo que esse ponto vai mudar. Caso Guedes consiga um corte de 10 pontos percentuais, já no próximo ano a alíquota seria reduzida para 15%.

Segundo o governo, uma redução de 7,5 pontos exigiria um corte de R\$ 20 bilhões em subsídios. Já para conseguir o resultado desejado pela equipe econômica, será preciso acabar com R\$ 40 bilhões em subsídios. Em audiência na Comissão de Controle Fiscal e

Divulgação/Site



Produção de motos na Zona Franca de Manaus: governo busca reformar o imposto de renda de empresas, mas indústria reclama de carga tributária

Financeiro da Câmara, ontem, Guedes defendeu que parte desses recursos viriam da tributação de dividendo, o que permitiria reduzir a alíquota do IR sobre as empresas.

Para o economista Riezo Almeida, com a tributação de dividendos, as empresas serão preju-

dicadas. "No geral, elas terão mais impostos a pagar. No termo da atividade, que é a atividade de lucro, haverá dois impostos: os impostos das empresas e de quem recebe os dividendos", destaca.

Segundo o especialista, a solução proposta pelo governo é uma tentativa de dividir os prejuízos.

"Diminui um pouco da [tributação] do lucro da empresa, para que as pessoas que recebem os dividendos possam pagar também", descreve. Na avaliação de Almeida, o ideal seria o governo propor uma faixa de tributação, assim como ocorre no IR para pessoas físicas. "O que o mercado

gostaria hoje é que houvesse uma equalização dos impostos das pessoas que recebem o dividendo. Então o escalonamento talvez seria uma solução mais plausível para viabilizar essa reforma tributária", sugere Almeida.

Quanto ao corte de subsídio em troca da redução de imposto,

o economista avalia que o governo busca adotar uma padronização entre os setores e melhorar a arrecadação. A proposta acabaria com os regimes especiais, modelo que permite a adoção de subsídios. "Esses regimes especiais podem mudar a qualquer momento, ele [o presidente] pode chegar no Diário Oficial e falar, de 12 passou pra 10 [subsídio concedido] e agora de 10 volta pra 12. É o que ele está querendo".

Almeida acredita que a proposta do governo não proporcionar benefício real às empresas. "Basicamente o governo está dizendo: eu vou diminuir o Imposto de Renda nos próximos dois anos, mas também vou tirar esse subsídio de R\$ 40 bilhões. Por isso o setor está reclamando. Esse tipo de coisa não é diminuir imposto, não é beneficiar a economia, é apenas um jogo de números", critica Almeida.

Para Riezo Almeida, não é o momento oportuno para colocar uma taxa sobre dividendo, e as empresas e o Congresso devem resistir à proposta. "A forma melhor é barrar isso, porque esse tipo de cenário proposto pelo governo não vai trazer benefícios a curto e médio prazo para ninguém. Nem para os empresários nem para as pessoas físicas e jurídicas que recebem os dividendos", avalia.

Ramos: governo quer consertar "trapalhada"

O plano do governo de reduzir subsídios atinge particularmente setores da indústria química, além da produção de refrigerantes da Zona Franca de Manaus. A Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir) reforça a necessidade de segurança jurídica. "Os investimentos industriais guardam relação direta com o grau de confiança que os investidores têm nas regras do jogo. Por isso, é fundamental a premissa da segurança jurídica. O setor de bebidas não alcoólicas tem sofrido há anos com mudanças abruptas em regras pré-estabelecidas e, mesmo em meio a crises, continuou investindo no país, gerando empregos, aquecendo a economia regional e nacional. Continuaremos apostando no diálogo transparente como ferramenta de busca de soluções", afirmou a associação, em nota.

Para o vice presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), Paulo Guedes tenta consertar a "trapalhada que ele fez no Projeto de Lei que reforma o imposto de renda", e que a proposta aumenta muito a carga tributária do país em especial para as pessoas jurídicas, e para as empresas.

Segundo o deputado, ao anunciar o corte de subsídio da Zona Franca de Manaus para a indústria do xarope de refrigerante, Paulo Guedes demonstra desconhecimento do modelo Zona Franca, e descompromisso com os empregos dos amazonenses. Ressaltou ainda que Guedes não poderia retirar o subsídio da Zona Franca. "O Congresso aprovou a PEC Emergencial e ressaltou a Zona Franca das metas de redução de subsídio.



Reforma tributária fatiada é um problema para a gente, porque você fica sem horizonte. A gente precisa de certezas."

Ciro Marino, presidente da Associação da Indústria Química (Abiquim)

Portanto, o ministro não pode e não vai reduzir subsídios da Zona Franca de Manaus", pontuou.

Representante de outro setor que está na mira dos cortes de subsídios, o presidente da Associação da Indústria Química (Abiquim), **Ciro Marino**, reivindica uma reforma tributária ampla. "Nós defendemos uma reforma tributária ampla e total e apresentada em um único pacote, mesmo que esse pacote seja baseado na PEC, 45 que é a da Câmara; ou na da 110, que é a do Senado. Não importa. Mas que seja apresentada de forma única, mesmo que a implementação seja gradual, 5, 10 anos. Não tem problema", afirmou ao **Correio**.

"Para a indústria, principalmente a química, que tem ciclos longos, entre você imaginar um produto, construir uma fábrica e começar a vender, demora uns cinco anos. Retorno de capital são 10/12 anos. Reforma tributária fatiada é um problema para a gente, porque você fica sem horizonte. A gente precisa de certe-

zas. Quanto maior o número de certezas ou redução de variáveis, maior a chance de que o investimento venha para o Brasil", complementou Marino.

O presidente da Abiquim destacou, ainda, a necessidade das indústrias terem previsibilidade e segurança jurídica. "Ao invés de comentar a ação parcelada, voltamos a discussão a um fato anterior, que é a forma de fazer a reforma tributária. A indústria precisa de previsibilidade, segurança jurídica. Em fatias, não é possível assegurar segurança política", finalizou.

Texto do relator

A cada ano, o governo deixa de arrecadar pouco mais de R\$ 300 bilhões devido a subsídios. A equipe econômica já identificou R\$ 30 bilhões em subsídios classificados como "gorduras", que seriam mais fáceis de eliminar. Mas será necessário fazer esforço adicional para alcançar o patamar de R\$ 40 bilhões em 2022.

As mudanças ocorrerão no texto do relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), depois de a proposta enviada pelo governo ao Congresso ter repercutido mal no mercado financeiro e na indústria.

O governo precisa mandar até setembro uma proposta de corte de subsídios fiscais. A determinação consta em proposta aprovada pelo Congresso no início do ano. Não poderão ocorrer cortes em incentivos como a Zona Franca, a cesta básica e o Simples (IP e GC).

* Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadora Rose de Freitas, presidente da CMO, se prepara para votar na sessão: comissão se reúne hoje

Comissão marca primeira reunião sobre LDO

» FERNANDA FERNANDES

Eleita presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) na manhã de ontem, a senadora Rose de Freitas (MDB-ES) convocou para hoje à tarde a primeira reunião do colegiado sob o seu comando, que deve tratar sobre a pauta prioritária do Orçamento: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022. A previsão é de que os membros da Comissão votem, ainda hoje, o relatório preliminar, já com as emendas apresentadas.

Durante a instalação da CMO, o relator-geral do Orçamento 2022, deputado Hugo Leal, prometeu dar o aprofundamento e a transparência necessários à LOA. O presidente do Senado e do

Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que espera votar a LDO até 17 de julho na comissão mista e no Plenário do Congresso, "como determina a Constituição Federal". O recesso parlamentar tem início em 18 de julho.

Pacheco comentou a expectativa de que os trabalhos da CMO avancem, após forte interferência da pandemia de covid-19, especialmente em 2020. "Espero que tenhamos normalidade dos trabalhos para apreciação do parlamento. Quero me colocar à disposição para tudo aquilo que eu puder colaborar com a CMO", disse Pacheco.

Primeira mulher a ocupar a presidência da CMO, em 2015, Rose de Freitas volta ao cargo e

promete que o trabalho da comissão, sob sua liderança, será baseado na "imparcialidade, pontualidade e seriedade". A senadora criticou a maneira "improvisada" como o órgão vem tratando as pautas, especialmente nas áreas como educação, ciência e tecnologia, saúde e agricultura que, para ela, devem ser priorizadas.

"O orçamento tem que ter uma prioridade real a favor do Brasil, distante das necessidades pessoais, de grupos, dos comportamentos de oposição ou de situação. Essas áreas devem ser objetos de discussão permanente, e não apenas em um socorro que se pede de uma hora para a outra. Não é o imprevisto que vai ditar o desenvolvimento que esse país precisa retomar", destacou a parlamentar.